

- (1). Uma cidade considerada sustentável é organizada de modo a tornar seus cidadãos capazes de satisfazerem as suas necessidades e de melhorarem o seu bem-estar sem prejudicarem ou colocarem em perigo as condições de vida de outras pessoas e do ambiente, agora ou no futuro. Enrique Peñalosa, ex-prefeito de Bogotá, definiu trazendo exemplos vivos de como cidades sustentáveis se comportam: "É aquela que não deixa as pessoas se sentirem inferiores, nem aos carros. É aquela que dá espaço bastante para que todos caminhem muito, em boas calçadas. É aquela que dá espaço também para que as pessoas se encontrem umas com as outras. Afinal, a sustentabilidade começa com prazer, e uma cidade de qualidade pode dar mais alegria aos seus moradores".
- (2). Segundo a ONU-HABITAT, as 25 maiores cidades globais já respondem por mais de metade da riqueza do mundo. Em nações em desenvolvimento, as cidades respondem de 65- 80% do PIB nacional. São Paulo e Bangkok contam com cerca de 10% da população do país, mas mais do que 40% do seu PIB. De acordo com a Divisão Populacional das Nações Unidas, a América Latina é a região mais urbanizada no mundo em desenvolvimento com 81% da população já vivendo nas cidades superando, inclusive, diversos países já desenvolvidos. A previsão é de que, até 2030, deverá chegar a 86%, acompanhando a Europa Ocidental. Em 2030, seis de cada dez pessoas viverão em uma cidade e a Organização Mundial da Saúde estima que, em meados do século, a população mundial urbana dobrará para 6,4 bilhões.
- (3). O rápido aumento da população das cidades impõe imensa pressão ao meio ambiente e a infraestrutura existente, com implicações para o transporte público, as malhas viárias e o trânsito de carros e pessoas; a qualidade e o acesso à água; ao consumo de recursos não renováveis; a coleta de resíduos e ao saneamento básico, além do aumento das emissões de carbono e da poluição sonora, visual, do ar e dos rios. Aprofundando uma das dimensões do problema, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o número de resíduos sólidos cresceu duas vezes mais do que a população brasileira entre 2010 e 2011. Outro ponto é a desigualdade do acesso aos recursos (renda, infraestrutura, cultura etc.). Segundo o relatório *Global Risks 2012*, do Fórum Econômico Mundial, quase um bilhão de pessoas habitam em "favelas" urbanas e esse número tende a crescer em 500 milhões até 2020. A governança da cidade sustentável é outro ponto crítico, uma vez que o crescimento das cidades extrapola a jurisdição municipal e não pode ficar apenas sob os cuidados dos departamentos/secretarias do meio ambiente.
- (4). Nos dias de hoje, já é possível identificar projetos exemplares, como a transformação do metano gerado pelo lixo depositado em aterros sanitários em energia elétrica -- como fez São Paulo. O estabelecimento de uma governança ambiental de gestão pública, com participação popular elevada, trouxe a algumas cidades autonomia para aplicar uma legislação ambiental própria -- como correu na Cidade do México, que houve a estruturação de plano interdepartamental de 15 anos com transparência no avanço das ações. Amsterdam estabeleceu uma meta de 40% de redução do seu nível de 1990 com prazo até 2025. Já a cidade de Seul pretende, até 2020, elevar o uso do transporte público a 70%, a utilização de bicicletas para 10% e a quota de veículos ecológicos utilizados pelos moradores para 20%.
- (5). Contudo, sem um planejamento amplo do desenvolvimento da cidade, contemplando a distribuição espacial da população e das atividades econômicas em convergência com as necessidades de infraestrutura, não será possível impedir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente e as pessoas. Os problemas são sistêmicos, contudo as abordagens ainda são fragmentadas. Também é necessário compreender como ampliar a escala das soluções em curso.
- (6). Por conta da complexidade dos problemas, os impactos sentidos pela comunidade que vive nas cidades ampliam a consequência das mudanças climáticas; da violência e da criminalidade; os problemas com a saúde decorrente das alterações do ambiente; a exclusão social; e o sentimento de não pertencimento ao local em que as pessoas vivem.
- (7). O tema deste documento ainda contempla o termo inovação. Para Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, a essência da cidade criativa "depende de sua habilidade para construir um sonho coletivo e mobilizar os esforços de seus cidadãos para transformar esse sonho em realidade – um esforço que pode ser realizado por qualquer cidade, pequena ou grande". Numa cidade criativa a administração pública é imaginativa. Há inovações sociais e a criatividade existe em áreas como saúde, serviços sociais, na sua política e governança e na forma como atrai empresas e desenvolve o empreendedorismo local. Pressupõe-se que sejam criadas condições para que as pessoas pensem, planejem e ajam com imaginação para estimular oportunidades ou resolver problemas urbanos aparentemente incuráveis. Cidade criativa é, portanto, um conceito positivo. Uma cidade criativa estimula a inserção de uma cultura de criatividade no modo como se participa da cidade.
- (8). Portanto, diante dos desafios postos para uma cidade se tornar sustentável é necessário cultivar um ambiente criativo! Um forte aliado dos governos locais são as empresas, já instaladas ou as que possam vir para a cidade. Por outro lado, as empresas localizadas em uma cidade que tenha características sustentáveis e de inovação vai se beneficiar pela produtividade e competitividade, participação ativa na gestão pública e transparência nos indicadores da gestão.

- (9). Os desafios aqui destacados seguem o princípio de que as cidades são feitas de, para e por pessoas e que as soluções dependem do envolvimento dos atores da cidade.
- (10). **Estabelecer modelos de governança que reconhecem as abordagens de parceria e participação social**
- Incentivar e desenvolver novas estruturas de liderança e governança requerem algumas condições:
  - Consenso da visão de desenvolvimento sustentável da cidade que contemple as pessoas em primeiro lugar.
  - Uma relação respeitosa entre os atores, baseada não em hierarquia, mas no reconhecimento da legalidade democrática e das habilidades específicas de cada um.
  - Processo participativo com envolvimento ativo dos cidadãos e demais atores, não apenas no momento de criar soluções ou projetos, mas também na fase de diagnóstico, conhecendo como as pessoas usam a cidade.
  - Processos de planejamento estratégico estabelecendo sinergia da estratégia privada com pública e definição de plano de ação com metas de longo prazo.
  - Indicadores e transparência (*accountability*), com mecanismos de monitoramento do processo (tanto das parcerias como da participação social), do avanço das ações e do cumprimento das metas.
- (11). **Assegurar o desenvolvimento do capital humano e social<sup>1</sup> do cidadão**
- (12). Satisfazer as necessidades fundamentais e de convivência do cidadão e promover seu bem-estar requer que a cidade sustentável assegure:
- (13). Qualidade da vida democrática e alto grau de coexistência dos cidadãos
- Distribuição equidistante dos serviços públicos e particulares que reforçam elementos de convivência em sociedade.
  - Distribuição equidistante dos bairros residenciais e locais de trabalho evitando concentração de áreas empresariais em poucos pontos da cidade, que fazem com que ocorra um grande fluxo diário de pedestres e veículos e longos deslocamentos.
- (14). Saúde urbana e coerência social e do espaço urbano
- Democratização do acesso às políticas sociais, garantia da equidade e justiça social, e promoção de uma cultura de paz.
  - Garantia da igualdade e do acesso aos bens e serviços públicos de uma terra urbanizada - como rede de água, esgoto e energia; pavimentação; transporte; educação e cultura; hospital; segurança etc. - sendo fundamental acabar com os assentamentos informais (favelas), migrando essas pessoas para moradias de forma a integrá-los à cidade.
  - Aceitação das pessoas como cidadãos iguais. Neste sentido, a atuação do governo local tem que ser forte no combate à desigualdade existente devido à renda, ao gênero, a raça e as restrições de mobilidade de pessoas com deficiência e idosos por meio de políticas públicas municipais de incentivos e desincentivos, ambos aplicáveis aos cidadãos e às empresas.
  - Planejamento urbano e tecnologias avançadas a serviço dos cidadãos e dos negócios. Um dos exemplos é o uso de tecnologias de mobilidade urbana e contínuo aperfeiçoamento do sistema de transporte público coletivo com mecanismos de integração intermodal, física e tarifária, principalmente nas grandes cidades, que têm alta densidade demográfica e onde o congestionamento urbano rouba as horas de lazer do cidadão.
- (15). **Assegurar o desenvolvimento do capital físico e natural<sup>2</sup> da cidade**
- Incentivo aos modelos de negócios que reforçam a confiança, cooperação, o dinamismo da economia local e criativa e a conectividade social.
  - Modelos de financiamento e meios de mobilização de recursos para intervir positivamente nos desafios apontados.
  - Garantia que as políticas observem as condições necessárias atuais e futuras da cidade (como as de uso do solo, do descarte de resíduos, da promoção dos diferentes modais de transporte seguros e de baixo carbono, da qualidade do ar, da fauna e flora local do entorno da cidade, da produção e do consumo local etc.).
  - Plano de redução da dependência da cidade de fontes de energia externas.
  - Eficiência no uso dos recursos hídricos no âmbito residencial, empresarial e público.
  - Adoção de medidas ambientalmente eficientes do uso dos recursos naturais na construção e uso das edificações.
  - Melhoria da resiliência<sup>3</sup> e capacidade de se adaptar aos riscos atuais e futuros, incluindo o envelhecimento das infraestruturas, as populações crescentes e as mudanças climáticas.
  - Redução das emissões de carbono e de poluentes locais frente à taxa de absorção de CO<sub>2</sub> dos espaços verdes.

<sup>1</sup> Humano: Saúde, educação, relacionamentos, a lei e a ordem, a harmonia, inteligência. / Social: Segurança nas ruas e outros elementos da convivência em sociedade. - Pavan Sukhdev

<sup>2</sup> Físico: Produtos e serviços feitos pelo homem, bens monetários. / Natural: Por exemplo, a possibilidade de respirar ar puro e beber água limpa. - Pavan Sukhdev

<sup>3</sup> Resiliência é a capacidade inerente de um sistema enfrentar qualquer comoção externa, sem importar o quanto é previsível ou surpreendente. - Helen Clark, administradora do PNUD.

**PROPOSTA CONTIDA NO RASCUNHO ZERO DE 10 DE JANEIRO DE 2012**

**O Futuro que Queremos.** Disponível em <[http://www.unu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos\\_rascunho\\_zero.pdf](http://www.unu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf)>

**[Cidades]**

72. Nós nos comprometemos em promover uma abordagem integrada e holística para o planejamento e a construção de cidades sustentáveis através do suporte às autoridades locais, redes de transporte e comunicação eficientes, edifícios mais verdes e um sistema de serviço de entrega e assentamentos humanos eficientes, qualidade de ar e água melhorada, redução de dejetos, uma melhor preparação e resposta para desastres e ampliação da resistência climática.

**PROPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES SIGNATÁRIAS QUANTO AO POSICIONAMENTO DO BRASIL, SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO, NAS NEGOCIAÇÕES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20) - INSTITUTO ETHOS**

Disponível em <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/6429-A-55dInstituto%20Ethos%20e%20Parceiros%20-%20Rio+20%20Portugu%C3%AAs.pdf>>.

Para a internalização dos compromissos nas economias nacionais, propomos que todos os países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) comprometam-se à adoção das seguintes diretrizes:

**iv. Estabelecimento de Padrões Mínimos de Operação.** Sugere-se que sejam estudados e definidos padrões locais mínimos de operação sustentável para as empresas públicas nacionais e concessionárias, bem como para as companhias nacionais que operem internacionalmente (em termos de relações de trabalho decente – que contemplem a inclusão de minorias e sua isonomia –, práticas socioambientais compatíveis com o desenvolvimento sustentável e a busca do ciclo fechado de produção), ou submissão delas aos padrões operacionais globais mínimos, quando já estabelecidos (veja-se item 2.1.v). Os estados nacionais também deverão criar condições para que as companhias multinacionais operem localmente com base em seu melhor padrão mundial, caso este seja superior ao mínimo local ou globalmente estabelecido. Adicionalmente, sugere-se que entre os padrões operacionais mínimos inclua-se como requerimento para grandes empresas nacionais que operem internacionalmente, bem como para as empresas públicas e concessionárias de serviços públicos, o relato público anual de suas atividades em sustentabilidade aos moldes dos padrões internacionais (e.g. GRI) ou justificativa de por que não o fazem;

**v. Inclusão de quatro aspectos nos processos decisórios: social, ambiental, econômico e ético,** cujo pressuposto valorativo é o estímulo a uma cultura de paz e solidariedade entre as nações que se traduzem em objetivos concretos de erradicação da miséria, redução da desigualdade, promoção do trabalho decente e de um sistema de integridade e combate à corrupção;

**ix. Incorporação aos instrumentos de regulação e indução o planejamento e desenvolvimento das cidades sustentáveis, através de investimentos em infraestrutura urbana e rural,** tais como aumento da cobertura de saneamento básico, despoluição e recuperação de corpos hídricos, promoção de um sistema de transporte urbano sustentável e geração de energia a partir de uma matriz diversificada e renovável.

**PROPOSTA DESENVOLVIDA PELO GT “CONSTRUINDO CIDADES SUSTENTÁVEIS” E COLABORAÇÃO DE PARCEIROS - REDE NOSSA SÃO PAULO**

**A Rio+20 e a construção de cidades sustentáveis.** Disponível em <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/carta-Rio+20.pdf>>

**Propostas para a ONU**

- A ONU e os governos nacionais devem promover políticas de financiamento descentralizado e direto aos poderes locais para projetos de sustentabilidade;
- A ONU e os governos nacionais devem fortalecer a representação das autoridades locais no conjunto do sistema multilateral de decisão;
- Reforçar, no quadro das Nações Unidas e numa visão ampliada da função de Habitat, a organização de um sistema facilitador de intercâmbio científico e tecnológico visando a aprendizagem das cidades, umas com as outras, na construção de políticas de sustentabilidade;
- A ONU deve orientar a dinamização de políticas nacionais e regionais de formação de quadros em desenvolvimento local integrado e sustentável
- A ONU deve adotar (e apoiar a sua implantação em escala mundial) sistemas locais de indicadores sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais que mensurem a qualidade de vida nas cidades, permitindo às populações locais participar e avaliar as políticas de sustentabilidade implementadas;
- A ONU deve disponibilizar informações por meio de plataformas abertas, visando facilitar o acesso democrático a estas, promovendo e apoiando sistemas locais de informação e comunicação. Deve-se ainda, engajar os sistemas nacionais e internacionais de produção de informações, sejam do setor público, organizações não governamentais e setor privado. Uma cidadania informada é essencial para a construção de um processo sustentável de desenvolvimento e, para tanto, todos os atores devem ser envolvidos.

**Propostas para os governos**

I – Realizar gestão estratégica da ocupação do território com vistas ao uso sustentável dos recursos naturais e garantia de qualidade de vida para todos os seres humanos.

II - Reconhecer diferentes modos de vida existentes no território e criar políticas para valorizar essa diversidade.

III – Atuar fortemente na adaptação às mudanças climáticas com foco na diminuição de vulnerabilidade e danos e na geração de impactos positivos, priorizando as medidas que têm co-benefícios imediatos na saúde pública.

IV – Políticas de direito à cidade sustentável e democrática

- Evoluir de políticas setoriais de direito à moradia para políticas de direito à cidade (“construir bairros e cidades, e não apenas casas”), aliada com a eliminação da pobreza, promoção da inclusão social, diminuição das desigualdades, promoção à saúde através de práticas de atividades físicas e esportivas e incentivo à inovação (tecnológica, de gestão e de governança participativa nas cidades).

V - Construir Cidades sustentáveis e democráticas:

- Induzir a formulação de políticas de desenvolvimento urbano que tenham o direito à cidade, a sustentabilidade e a democracia como valores centrais.
- Incentivo à formação de sistemas integrados de cidades, nas escalas nacional, regional e municipal.
- Implantar sistema de indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais para mensurar a qualidade de vida, garantir a transparência das informações públicas e proporcionar o monitoramento da sociedade sobre as políticas públicas.
- Instituir legislação que estabeleça Planos de Metas para cada gestão, baseados em indicadores e articulados aos Planos Diretores, em todos os municípios.
- Criar e implantar políticas para os diferentes tipos de cidades, particularidades e formas de ocupação existentes no território.
- Fomentar a instalação de estruturas participativas de governança metropolitanas e de revitalização de centros urbanos.
- Garantir amplo acesso à educação, ao esporte e à cultura para crianças, adolescentes e jovens, promovendo a formação profissional, o desenvolvimento pessoal e a capacidade de reflexão sobre os valores que orientam a vida em sociedade com preservação e recuperação da natureza.
- Promover a integração e articulação de políticas de habitação, saneamento, mobilidade, adaptação às mudanças climáticas, proteção de mananciais, promoção do desenvolvimento e do bem-estar humano.
- Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde.
- Implementar políticas nacionais de regularização urbanística e fundiária e urbanização de favelas e outras formas de ocupações.
- Aprimorar mecanismos de financiamento, subsídios e arranjos institucionais para suprir déficits e garantir inclusão e acesso a cidades saudáveis.
- Criar políticas de acesso à água potável e proteção aos mananciais de abastecimento de água, incorporando a saúde humana, a qualidade da água e uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água para abastecimento.
- Ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes, foco especial nas cidades com processos acelerados de crescimento e expansão e resíduos provenientes da construção civil .
- Implantar programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando o desenvolvimento de sua cadeia de produção com a inclusão dos catadores e cooperativas.
- Orientar e estruturar o crescimento e mobilidade nas cidades, visando sistemas adequados aos diferentes tamanhos e tipos de cidades existentes no território.
- Incentivar a bicicleta como meio de transporte e criar condições para seu uso seguro (ciclofaixas, ciclovias, ligações intermodais).
- Descentralizar a gestão energética e promover o estabelecimento de diretrizes e legislação local que incentive a utilização de energias renováveis e os ganhos progressivos de eficiência energética.
- Desenvolver políticas para a substituição da matriz energética baseada no petróleo, incentivar a adoção dos combustíveis mais limpos, priorizar o transporte público no sistema viário das cidades e estabelecer limites de emissões de poluentes segundo a Organização Mundial da Saúde.
- Dar ampla visibilidade às boas práticas de sustentabilidade urbana já implantadas nas mais diversas áreas em muitas cidades do mundo, promovendo a socialização das experiências, tecnologias e processos para todas as cidades do planeta.
- Promover a educação para a cidadania, engajando escolas públicas e privadas em programas sobre políticas públicas e democracia.
- Viabilizar políticas públicas em defesa da fauna e flora urbanas.

Algumas iniciativas que buscam promover, trabalhar, medir e planejar as cidades de forma mais sustentável vem surgindo no Brasil e no mundo. Aqui está pontuada **uma parcela mínima destas iniciativas**, mostrando apenas as diferentes formas de se trabalhar uma solução e o enfoque de cada uma:

- **Agenda de Compromissos Empresariais pelo Desenvolvimento Territorial Sustentável, Instituto Ethos:** As empresas signatárias desejam promover a convergência de suas ações com as ações de outras empresas ou de outros atores da sociedade local, nos territórios em que atuam, disponibilizando seus conhecimentos e especialidades acumulados, e também os aprendizados a partir das ações que já empreendem.
- **C40 Cities Climate Leadership Group (C40):** É uma rede de cidades de todo o mundo que estão comprometidas com a implementação local de ações significativas e sustentáveis para reduzir as emissões de carbono e aumentar a eficiência energética nas cidades. Tais ações objetivam enfrentar as mudanças climáticas a nível global.
- **Índice de Cidades Verdes da América Latina, Siemens:** As cidades selecionadas são mapeadas e classificadas em cada uma das oito categorias: energia e CO<sub>2</sub>; uso do solo e prédios; transporte; resíduos; água; saneamento básico; qualidade do ar; e governança ambiental.
- **PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades, Governo Brasileiro:** Programa governamental objetiva requalificar e implantar sistemas estruturantes de transporte público coletivo, visando a ampliação da capacidade e promovendo a integração intermodal, física e tarifária do sistema de mobilidade nos grandes centros urbanos.
- **Programa Cidades Sustentáveis, Rede Latinoamericana por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis:** Voltado ao planejamento das cidades o programa prevê: a construção de indicadores cidadãos e o acesso à informação pública, pesquisas de percepção da qualidade de vida, o monitoramento e a incidência nas políticas públicas, a participação cidadã, e a inclusão de diferentes e de diversos setores e atores da cidade.
- **Transition Network:** O movimento das Cidades em Transição (*Transition Town*) foi criado pelo inglês Rob Hopkins com o objetivo de transformar as cidades em modelos sustentáveis, menos dependentes do petróleo, mais integradas à natureza e mais resistentes a crises externas, tanto econômicas como ecológicas. A Rede Transition Network foi fundada com uma missão simples - inspirar, encorajar, conectar, dar suporte e treinar comunidades adotando e adaptando o modelo de transição.

#### *Bibliografia que ajudou a compor este documento*

---

**Building and Managing an Intelligent City.** Disponível em < <http://www.accenture.com/SiteCollectionDocuments/PDF/Accenture-Building-Managing-Intelligent-City.pdf>>

**C40 Cities Climate Leadership Group (C40).** Disponível em < <http://live.c40cities.org/about-us/>>

**Cidades Criativas - Perspectivas.** Disponível em <

[http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/cultura/livro\\_70516/Livro\\_Cidades\\_Criativas\\_Perspectivas\\_v1.pdf](http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/cultura/livro_70516/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf)>

**Citystates: How cities are vital to the future of sustainability.** Disponível em <

<http://www.sustainability.com/library/citystates#.T6sXBuYuQE>>

**Índice de Cidades Verdes da América Latina.** Disponível em

<[http://www.siemens.com/entry/cc/features/greencityindex\\_international/all/en/pdf/report\\_latam\\_pt.pdf](http://www.siemens.com/entry/cc/features/greencityindex_international/all/en/pdf/report_latam_pt.pdf)>.

**PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades.** Disponível em <

<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/PACMobilidade/ManualPACMobilidadeUrbana08042011.pdf> >

**Programa Cidades Sustentáveis.** Disponível em <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/publicacao-programa-cidades-sustentaveis.pdf>>

**Rise of the Intelligent City.** Disponível em < <http://www.accenture.com/SiteCollectionDocuments/PDF/Accenture-Outlook-Rise-of-the-Intelligent-City-Sustainability.pdf>>

**Rumo a uma Economia Verde.** Disponível em < [http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis\\_PT\\_online.pdf](http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf)>

**Three-dimensional capitalism.** Disponível em < <http://pavansukhdev.com/articles/>>

**Transition Network.** Disponível em <[www.transitionnetwork.org/](http://www.transitionnetwork.org/)>

#### *Autora que redigiu a proposta inicial do contexto e desafios e consolidou as contribuições*

---

**Carla Stoicov** ([carla.stoicov@tistu.net](mailto:carla.stoicov@tistu.net)), facilitadora de mudança de processos sociais é engenheira elétrica com pós-graduação em gestão da sustentabilidade, especialização em PMI e sócia da **Tistu**, trabalha com a promoção da responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável por meio de projetos e ações socioambientais, de forma integrada e vinculada com a estratégia da organização e iniciativas da sociedade.